

## POR DENTRO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

*Gilmar Mendes Lourenço*

Inquestionavelmente, já não é tão árduo o esforço de identificação de indicadores menos desconfortáveis acerca do comportamento presente e prospectivo da economia brasileira. Uma breve incursão sobre os cadernos das sinalizações antecipatórias, que traduzem o humor e as expectativas de empresários e consumidores, oportuniza enxergar o prosseguimento da predominância de páginas de coloração verdes e a diminuição da frequência de inserções amarelas e, especialmente, vermelhas, a despeito da flagrante degradação da aprovação popular ao governo do presidente Temer.

A esse respeito, sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Ibope, revela que popularidade do executivo, medida pela agregação dos conceitos ótimo e bom, conferidos pela população consultada (duas mil pessoas, em 126 municípios, entre os dias 15 e 20 de setembro), declinou para 3%, a menor da série histórica começada em março de 1986, com forte propensão ao desaparecimento e constituindo autêntica anomalia sociométrica.

Na realidade, mesmo convivendo com taxas de inflação anuais inferiores a 3%, a administração Temer vem amargando graus de desaprovação da sociedade maiores do que aqueles experimentados por todos os mandatários pós-redemocratização nacional, em picos de instabilidade política e/ou disparada inflacionária, como Sarney (em junho e julho de 1989), Collor (agosto de 1992), Itamar (janeiro de 1994), Fernando Henrique Cardoso (julho de 1999), Lula (setembro/dezembro de 2005) e Dilma (junho/dezembro de 2015). (tabela 1).

TABELA 1- BRASIL - PIORES POPULARIDADES DOS GOVERNOS NA HISTÓRIA – CONCEITO ÓTIMO E BOM		
PERÍODO	GOVERNO	(%)
JUN./JUL./1989	SARNEY	6
AGO./1992	COLLOR	12
JAN./1994	ITAMAR	12
JUL./1999	FHC	16
SET./DEZ./2005	LULA	29
JUN./DEZ./2015	DILMA	9
SET./2017	TEMER	3
FONTE: CNI/IBOPE		

Não obstante, em 2017, o País ganhou uma posição no ranking global de competitividade, preparado pelo Fórum Econômico Mundial, com a colaboração da Fundação Dom Cabral, passando a ocupar a 80ª posição, em um painel de 137 nações, depois de ter descido da 48ª, em 2012, para a 81ª, em 2016. O Brasil está rabeira no grupo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul) e no nono lugar na América Latina. Há nove anos a Suíça lidera o certame, seguida por Estados Unidos e Cingapura.

Houve avanço em dez dos doze itens integrantes da apreciação, com destaque para o marco institucional, em especial a autonomia do judiciário, com a passagem da 79ª para a 59ª colocação. Embora tenha conquistado onze postos na variável combate à corrupção, o País ainda figura no 109º lugar neste quesito e no 108º em infraestrutura, devido à carência de investimentos públicos.

O índice de confiança do empresário industrial (ICEI), calculado pela CNI, deu um salto em setembro de 2017, atingindo 55,7 pontos (varia entre zero e cem, representando otimismo quando superar os cinquenta pontos), o maior nível desde 2013. Já o indicador de evolução da produção industrial registrou 54,8 pontos, em agosto de 2017, suplantando a linha divisória entre ceticismo e esperança, equivalente a 50 pontos, pelo segundo mês seguido, algo que não ocorria desde outubro de 2013.

*Investigações da  
Confederação Nacional do  
Comércio apontam impulso  
da confiança do empresário  
do setor pelo segundo mês  
consecutivo.*

Em direção análoga, investigações da Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontam impulso da confiança do empresário do setor pelo segundo mês consecutivo, alcançando 104,78 pontos, em setembro do corrente exercício, acima da zona de indiferença entre pessimismo e satisfação, representada pelos cem pontos, pois o indicador oscila entre zero e duzentos pontos.

Todavia, a mesma CNC apurou que a intenção de consumo das famílias, depois de subir para 77,3 pontos (escala de zero a duzentos) em agosto, caiu para 76,8 pontos em setembro, regredindo aos patamares verificados no começo do ano, fenômeno que pode ser imputado ao estado de alerta dos consumidores, escaldados com a embrionária e moderada reativação do emprego e a resistência do flagelo político e institucional.

Em consonância com os números da CNC, inquérito da CNI revela que o índice nacional de expectativa do consumidor (INEC) regrediu em setembro de 2017, em relação a agosto, registrando 98,5 pontos (varia entre zero e duzentos) e voltando a situar-se abaixo da linha divisória de 100 pontos e da média histórica de 108,2 pontos.

Do lado da recomposição da saúde financeira dos agentes emergiu observou-se contração das solicitações de falência e recuperação judicial de -10,2% e -8,4%, respectivamente, no ano findo em agosto de 2017, conforme apurações da Boa Vista SCPC, ente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), e da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

Houve igualmente a diminuição do passivo corporativo, fortemente influenciada pela realização de ajustes, por parte das empresas, centrados em venda de ativos, redefinição de linhas de produção, fechamento de unidades menos rentáveis, reposicionamento no mercado e substituição de papéis com vencimento em curto prazo por bônus de longo termo, coadjuvados pelo benefício proveniente da macroeconomia, expresso na apreciação do real.

Levantamentos da consultoria Economatica constataram declínio de -1,4% no montante global das dívidas das empresas que possuem ações transacionadas em bolsa, no primeiro semestre de 2017, o que constituiu o primeiro recuo, para o período, em seis anos. Ressalte-se que as estatísticas não incorporaram a queda de -11,0% registrada pela Petrobrás, em idêntico intervalo.

Especificamente para o universo de companhias integrantes do Ibovespa, o horizonte temporal para a eliminação das dívidas, estimado com base na capacidade de geração de caixa, caiu de 3,7 anos, em 2015, para 2,1 anos, no segundo trimestre de 2017. Ainda assim, a estimativa superou a média histórica de 1,5 anos.

No entanto, mais de 46,0% das companhias de capital aberto estão desprovidas de condições financeiras para honrar os compromissos, em um ambiente de escassez e maior seletividade na oferta de crédito e diminuta confiança, atrelada às incertezas quanto ao avanço das reformas estruturais e à restauração das condições de estabilidade política no País.

No front real, o valor em dólares das exportações cresceu 18,7%, entre janeiro e setembro, impulsionado pelos produtos básicos (+26,9%), particularmente petróleo, minérios, soja e carnes. Já o montante de importações variou 8,5%, concentrado em combustíveis e lubrificantes e bens intermediários.

A produção industrial registrou, em julho de 2017, expansão pelo quarto mês consecutivo, acumulando elevação de 0,9% nos primeiros sete meses do ano, puxada por bens de consumo duráveis (9,8%), em face da impulsão das vendas de automóveis para o mercado argentino, e de capital (3,7%), notadamente máquinas e equipamentos para a agricultura (18,9%). Enquanto isso, bens intermediários apresentou variação nula e bens de consumo não duráveis e semiduráveis, subordinado à massa de salários, encolheu -0,5%.

O balanço do volume de produção fabril revelou ascensão em 11 (onze), dos 14 (quatorze), estados acompanhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O parque manufatureiro do Paraná contabilizou o acréscimo mais expressivo (3,9%), ancorado em máquinas e equipamentos (71,3%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (12,9%), o que evidencia a força do agronegócio, a grande vedete do organismo de transações nacional.

Em igual período, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 1,1%, concentrado em três ramos: eletrodomésticos (7,2%), tecidos, vestuário e calçados (7,1%) e materiais de construção (5,6%). Os outros sete segmentos comerciais monitorados mensalmente pela entidade nacional de estatística apresentaram queda de vendas naquele lapso, especialmente móveis (-10,1%), livros, jornais e revistas (-3,3%), combustíveis e lubrificantes (-3,1%) e veículos e motos (-2,9%).

O desempenho é explicado pela conjugação de alguns elementos virtuosos, com ênfase para a recomposição do poder de compra da população, com o mergulho no campo dos preços; a diminuição dos juros; a utilização dos R\$ 44,0 bilhões liberados das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre março e julho do presente exercício, destinados à quitação de dívidas e ao retorno às compras; e a discreta melhora do mercado de trabalho, ainda que em condições de precarização, com ampliação da informalidade.

Estatísticas do cadastro geral de empregados e desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, demonstram geração líquida de 112,5 postos com carteira assinada entre janeiro e agosto de 2017, sustentada na agropecuária (125,7 mil), serviços (75,5 mil) e indústria de transformação (40,5 mil).

A taxa de desemprego, mensurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, caiu de 12,8% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre móvel entre maio e julho de 2017, para 12,6% da PEA, no lapso junho-agosto. Ainda assim, a desocupação é maior que a levantada, no mesmo período de 2016 (11,8% da PEA) e 13,1 milhões de pessoas permanece sem trabalho. Mais da metade do incremento de 1,4 milhão de pessoas ocupadas, no trimestre, aconteceu no espaço ocupado pela informalidade. O rendimento médio daqueles ocupados continua praticamente estável em razão da contenção da escala de preços.

Ainda na linha virtuosa, segundo já mencionado, a inflação, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) - apurado pelo IBGE para padrões de renda familiar mensal entre um e quarenta salários mínimos - foi de 1,62%, entre janeiro e agosto de 2017, a menor marca desde o lançamento do real, em julho de 1994, e 2,46% em doze meses até agosto de 2017, sendo a menor desde fevereiro de 1999 (2,24%) e bastante abaixo do piso, de 3,0% ao ano, da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), cujo centre é de 4,5% a.a.

Já o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), também do IBGE, que mensura a variação média dos preços de uma cesta de produtos consumidos por famílias com rendimentos mensais entre um e cinco salários mínimos, subiu 1,27% no ano e 1,73% em doze meses. Os valores médios de comercialização dos alimentos e da alimentação no domicílio retrocederam -2,48% e -5,05%, respectivamente, no ano encerrado em agosto de 2017.

Por conta da ampla desinflação, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), promoveu novo corte na taxa Selic (o oitavo seguido), reduzindo-a de 14,25% a.a., em outubro de 2016, para 8,25% a.a., em 06 de agosto de 2017, chegando ao menor patamar desde maio-junho de 2013, quando estava em 8,0% a.a.

*Vislumbra-se um clima mais propício à continuidade da diminuição dos juros em comparação com aquele prevalecente em 2012.*

Do ponto de vista técnico, vislumbra-se clima mais propício à continuidade da diminuição dos juros em comparação com aquele prevalecente em 2012, quando a Selic caiu para 7,25% a.a., fruto da materialização do desejo irresponsável da presidente da república, traduzido na implementação da chamada nova matriz econômica, apoiada na premissa de que o estado é dotado de infinito poder de geração de recursos fiscais e creditícios.

A vigorosa despencada dos juros ensejou inclusive a ativação das regras de remuneração das cadernetas de poupança, instituídas em 2012, que preveem, quando a Selic situar-se abaixo de 8,5% a.a., a aplicação de 70% desta adicionada da taxa referencial de juros (TR).

Apesar de os rendimentos das cadernetas terem superado a inflação em 3,16% entre janeiro e agosto de 2017, representando o maior ganho em onze anos para o período, a modalidade de aplicação amargou perda líquida (depósitos menos saques) de R\$ 7,811 bilhões, em decorrência da realização de retiradas para a cobertura de dívidas e/ou suprimento das necessidades de consumo, por parte da população. Tal evento serviu para agravar a tendência de compressão da disponibilidade de crédito imobiliário, com os haveres oriundos das cadernetas contabilizando decréscimo superior a 30% a.a., desde 2015.

Aliás, de acordo com pesquisa da CNC, o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras permaneceram em rota ascendente, apesar da liberação dos saldos das contas inativas do FGTS. Em agosto de 2017, 58,0% das pessoas mencionaram ter algum tipo de dívida, 24,6% estavam com contas em atraso médio de 64,7 dias, e 10,1% não tinham condições de quitação.

Ademais, as compras a prazo - concentradas na modalidade mais cara, representada pelo cartão de crédito, que cobra taxas médias de 400% a.a., no rotativo, segundo o BC - consomem 29,8% dos orçamentos domésticos.

Nessas circunstâncias, parece razoável supor que, ao menos na economia, o pior já passou, aspecto reforçado pelo rompimento da barreira dos 75 mil pontos pelo Ibovespa, motivado pela conjugação entre descida dos juros, perspectiva de privatização da Eletrobrás e apostas no equacionamento do imbróglio político, por ocasião das eleições de 2018.

No entanto, a derrubada de eventos ou episódios de euforia desprovidos de fundamentação, impõe esclarecer que, se valoradas em moeda estrangeira, as cotações médias das ações apuradas presentemente equivalem a menos da metade daquelas constadas nos tempos das vacas gordas de 2008, quando o Brasil havia recuperado o grau de investimento conferido pelas agências internacionais de classificação de risco.

Ademais, é impossível enxergar sinais de recuperação robusta do crescimento. Até porque, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma espécie de cálculo preliminar do produto interno bruto (PIB), cresceu apenas 0,14%, entre janeiro e julho de 2017, em comparação com igual tempo de 2016. O volume dos serviços, setor dependente dos rendimentos salariais e que responde por mais de 70% do PIB, caiu -0,8% em julho de 2017, em relação a junho, e -3,2%, frente a julho de 2016, segundo pesquisa do IBGE.

Os indicadores acumulados no ano e nos últimos doze meses mostram queda de -4,0% e -4,6%, respectivamente, dos serviços. Entre janeiro e julho, apenas três, dos quatorze ramos acompanhados, registraram expansão. São eles: transporte aquaviário (9,6%), armazenagem (6,0%), fortemente determinados pela dinâmica salvadora do agronegócio, e tecnologia da informação (2,5%).

A arrecadação federal exibiu aumento real de 0,78% entre janeiro e agosto de 2017, graças à maior movimentação do aparelho econômico e, sobretudo, a elementos pontuais configurados nos efeitos da elevação da alíquota do PIS-COFINS incidente sobre combustíveis e no novo refinanciamento de dívidas com a União (Refis), centrado em generosos acordos de parcelamento de dívidas com o fisco, um autêntico estímulo à prática de atraso no recolhimento de impostos e contribuições. Enquanto isso, as despesas totais aumentaram 0,3%, puxadas pelas previdenciárias que cresceram 6,7%.

Apenas a título de ilustração, o comprometimento da receita líquida com os desembolsos incontornáveis, ou dispêndios obrigatórios, concentrados em salários, encargos sociais e benefícios previdenciários, saltou de 74,2%, em 2008, para 104,0%, em 2016, o que forçou o sacrifício dos itens discricionários, especialmente investimentos e dos programas sociais.

*A fabricação de um motor de arrasto dos negócios está fortemente prejudicada pela enorme capacidade ociosa acumulada pelo setor industrial.*

Na verdade, a fabricação de um motor de arrasto dos negócios está fortemente prejudicada pela enorme capacidade ociosa acumulada pelo setor industrial, ao longo dos três anos de recessão, a precariedade da recomposição do mercado de trabalho, amparada na impulsão da informalidade, e o atraso das inversões em infraestrutura, explicado pela falência do estado e a natureza embrionária das ações voltadas às privatizações e concessões, ocupando mais o terreno das intenções.

Não bastassem essas restrições, recente estudo preparado pelo World Wealth and Income Database revela ampliação da concentração de renda no Brasil, entre 2011 e 2015, contrariando inclusive algumas pesquisas governamentais. A participação dos 10% mais ricos da população na apropriação da renda total passou de 54,3%, em 2011, para 55,3%, em 2015, invertendo a trajetória de diminuição da desigualdade delineada desde 1994, determinada, sobretudo, pelo desaparecimento

da hiperinflação, valorização do salário mínimo e ampliação do acesso à educação.

Embora seja alentador o fato de que as apreciáveis margens de ativo fixo sem utilização favorecem, em tese, a reativação dos níveis de atividade sem a produção de pressões inflacionárias, a concatenação entre falência do estado e pauperização da infraestrutura comprometeu, de forma irremediável, o potencial de crescimento de médio prazo da nação.

O mais preocupante, porém, é o poder destrutivo das frequentes e crescentes hecatombes proporcionadas pela praça dos três poderes, em Brasília, ocupada por entes famintos por verbas oriundas da arrecadação de impostos e resistentes à formulação e negociação política das reformas indispensáveis à promoção do rearranjo das finanças públicas e ao resgate das condições mínimas de eficiência da microeconomia brasileira.